



Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira – Presidente
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Desa. Vera Lúcia Correia Lima
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladysson Pontes
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Aírton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa. Lira Ramos de Oliveira
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Carneiro Lima
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Des. Antônio Pádua Silva
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Desa. Maria das Graças Almeida de Quental
Desa. Joriza Magalhães Pinheiro

PORTARIA Nº 279/2022

Estabelece quantidade de juizes(as) nas Unidades do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Ceará e dá outras providências.

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 02/2019, do Tribunal de Justiça, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 29 de janeiro;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução do Órgão Especial nº 02/2019, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 07 de fevereiro de 2019, e suas alterações;

CONSIDERANDO a Portaria nº 991/2021, de 17 de junho de 2021;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 8502415-46.2022.8.06.0000;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer, observando o §3º, do Art. 2º, da Portaria nº 991/2021, a quantidade de vagas de juizes leigos por unidade, para o exercício de 2022, conforme disposto no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Alterar o artigo 5º, da Portaria nº 991/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º A Coordenação Estadual do Sistema dos Juizados contará com 6(seis) juizes leigos itinerantes, cabendo designar, em caráter provisório, segundo critérios de conveniência e oportunidade, os locais de atuação, em período não superior a seis meses, junto a qualquer um dos cargos de juiz de direito dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.”

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE da PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, em Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO



ANEXO ÚNICO
DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS – ANO 2022

UNIDADE	CN Média Triênio 2019/2020/2021	Qtde Leigos
1ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.621	1
2ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.679	1
3ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.786	1
4ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.265	1
5ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.205	1
6ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.685	1
9ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.768	1
10ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	880	1
JUIZADO MÓVEL DE FORTALEZA	2.217	2
11ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	2.523	2
12ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	2.070	2
13ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.362	1
15ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.184	1
16ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.385	1
17ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.675	1
18ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.765	1
19ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	2.535	2
21ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.224	1
22ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.630	1
23ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.288	1
24ª UNIDADE DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA	1.841	1
1ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	4.882	2
2ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	4.447	2
6ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	4.131	2
8ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	1.941	1
11ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DE FORTALEZA	3.922	2
1ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA	1.128	1



2ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA	1.098	1
1ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE	1.657	1
2ª UNIDADE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE	1.174	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ARACATI	916	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CRATEÚS	935	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE CRATO	1.169	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ICÓ	1.616	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE IGUATU	2.262	2
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE ITAPIPOCA	911	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MARACANAÚ	1.306	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE QUIXADÁ	814	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE SOBRAL	1.919	1
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE TAUÁ	2.117	2
JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE TIANGUÁ	729	1
1ª TURMA RECURSAL – COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL	5.291	9
2ª TURMA RECURSAL – COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL	5.137	9
3ª TURMA RECURSAL – COMPETÊNCIA FAZENDA PÚBLICA	6.123	12
5ª TURMA RECURSAL – COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL(*)	3.952	9
6ª TURMA RECURSAL – COMPETÊNCIA CÍVEL E CRIMINAL(*)	3.961	9
NÚCLEO DE PRODUTIVIDADE REMOTA	-	35
GRUPO DE ATIVIDADE ITINERANTE DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DOS JUIZADOS	-	6
TOTAL		140

PORTARIA Nº 387/2022

Fixa a retribuição financeira a ser paga ao(à) juiz(juíza) leigo(a) por ato homologado e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE), no uso de suas competências legais e regimentais,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 02, de 7 de fevereiro de 2019 (DJe de 07/02/2019), com alterações feitas pela Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 06, de 24 de fevereiro de 2022 (DJe de 1º de março de 2022), notadamente as autorizações previstas em seu art. 11;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar os valores a serem pagos ao(à) juiz(juíza) leigo(a) por ato homologado, nos seguintes termos:

I - R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por projeto de sentença oriundo de audiência de instrução e julgamento presidida pelo(a) juiz(a) leigo(a) homologado;

II - R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por termo de acordo lavrado em audiência de instrução e julgamento presidida pelo(a) juiz(a) leigo(a);